REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS, AMEFAP, PINTADAS, BAHIA

Suzethe da Silva Araújo
Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade Estadual da Bahia-UNEB, Campus I, Salvador, 2009
E-mail: suzethe.araujo@hotmail.com

ARTIGO

Recebido: 21 de dezembro de 2017 Aceito: 14 de março de 2018

RESUMO: A pesquisa sobre a Escola Família Agrícola de Pintadas, no contexto do semiárido baiano, se fundamentou nos conceitos de gestão e participação. Este estudo possui caráter inovador pela escassez de trabalhos acadêmicos que tratam da gestão das EFA. O estudo foi realizado em 2008, na Escola Família Agrícola de Pintadas, Bahia. De natureza qualitativa com caráter explicativo/descritivo, na modalidade de estudo de caso, cujo objetivo foi entender a origem da EFAP e apreender as percepções sobre gestão e participação dos sujeitos sociais envolvidos no processo histórico da implantação e funcionamento da Escola, tendo como elemento norteador a Pedagogia da Alternância e a gestão, como elementos diferenciadores entre as Escolas Famílias Agrícolas e as escolas regulares urbanas ou rurais. Foram considerados alguns pontos a serem refletidos, entre eles, a trajetória histórica com o nascimento da EFAP, antes da criação AMEFAP, caracterizando um processo complexo de relações internas e externas da realidade local. A gestão e a participação coletiva se mostraram indissociáveis para a efetividade da escola e o desenvolvimento da Pedagogia da Alternância enfrenta dificuldades em sua plenitude, devido a diversos fatores, entre os quais, a sustentabilidade financeira e metodológica.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Pedagogia da Alternância. Escola Família Agrícola.

ABSTRACT: Research on School Family Agricultural of Pintadas, in context of the semi-arid environments, was based on the concepts of management and participation. This study has innovative character, as there is a dearth of scholarly works dealing with the management of EFAs. The study was conducted in 2008, in the School of Agricultural Family of Pintadas, Bahia. It's qualitative with an explanatory / descriptive character, in the form of case study, whose objective was to understand the origin of the EFAP and grasp the perceptions of management and participation of social subjects involved in the historical process of the establishment and running of the School, and as a guiding Pedagogy of Alternation and management as differentiating elements of Agricultural Family Schools from schools scheduled urban or rural. We considered a few points to be reflected, among them the historical background to the birth of the EFAP, before the creation AMEFAP, featuring a complex process of internal and external

relations of the local reality. The collective participation and management proved to be inextricably linked to the effectiveness of the school, and the development of Pedagogy of Alternation faces difficulties in its fullness, due to several factors, including the financial sustainability and methods.

KEYWORDS: Management. Pedagogy of Alternation. Agricultural Family Schools.

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS, AMEFAP, PINTADAS, BAHIA.

> Se não fosse a EFA, a Pedagogia da Alternância, não teríamos melhorado a auto-estima; não teríamos percebido a relação que temos com a sociedade e com o espaço que está ao nosso redor. (WILSON FERNANDES. Ex-aluno e monitor de EFA na Bahia)

A pesquisa sobre a Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP), no contexto do semiárido baiano, se fundamentou nos conceitos de gestão e participação. Este estudo possui um caráter inovador pela escassez de trabalhos acadêmicos que tratem da gestão das Escolas Famílias Agrícolas (EFA). De natureza qualitativa, com caráter explicativo/descritivo, na modalidade de estudo de caso, seu objetivo foi entender a origem da EFAP e apreender as percepções sobre gestão e participação dos sujeitos sociais envolvidos no processo histórico da implantação e funcionamento da Escola, tendo como elemento norteador a Pedagogia da Alternância e a gestão, como elementos diferenciadores entre as Escolas Famílias Agrícolas e as escolas regulares urbanas ou rurais.

A gestão e a participação coletivas se mostraram indissociáveis para a efetividade da escola, ao passo que o desenvolvimento da Pedagogia da Alternância enfrenta dificuldades em sua plenitude devido a diversos fatores, dentre eles, destacamos a sustentabilidade financeira e metodológica.

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO EDUCACIONAL DAS EFA NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO: UMA NOVA PERSPECTIVA DE INVESTIGAÇÃO

A trajetória das EFA representa um foco fundamental para compreender o processo histórico e sociológico de um devir educacional diferenciado e com reconhecimento não

somente formal, mas como resposta para uma gama de necessidades e lutas do que hoje se intitula agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.

O modelo de escola a que se refere este estudo objetiva integrar a formação geral e profissional dos seus educandos na perspectiva de propiciar ao jovem um projeto de vida para sua inserção sócio-profissional. Assim como pensa Begnami (2006, p. 44): "A formação integral da pessoa humana compreende a formação do ser como um todo, levando em considerações todas as dimensões da pessoa: a dimensão individual e social, afetiva/emocional e intelectual, profissional e lúdica, psicológica, ética, ecológica, espiritual, política, econômica".

A EFAP traz, em sua essência, a missão de promover a formação de jovens do campo, na perspectiva da convivência com o semiárido, e de atender às demandas do Território da Bacia do Jacuípe, além de ocupar espaços diferenciados de trabalhos em comunidades locais, assim como contribuir para o planejamento sustentável dos agricultores que vivem do campo.

Estudar a gestão e a participação nas EFA a partir da Escola Família Agrícola de Pintadas foi um desafio para compreender os processos históricos, sociais e políticos em que envolvem a pesquisa, principalmente, entender a trajetória da complexidade das relações sociais.

Nesse contexto, Brandão (1999, p. 24) afirma que:

> O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. E é esta visão do mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados.

Nosso objeto de estudo tem como referência a gestão e a participação dos agricultores familiares nas Escolas Famílias Agrícolas, o que tem se destacado no Brasil por desenvolver um trabalho comunitário, uma educação contextualizada e uma pedagogia inovadora com atuação dos sujeitos sociais nos seus territórios.

A gestão das EFA: Importância da Associação

Para Burghgrave (2004, p. 13), as experiências das escolas apresentam "[...] como princípios fundamentais o associativismo, a alternância educativa e a formação integral dos jovens para alcançar o seu objetivo maior que é o desenvolvimento sustentável". Todos esses princípios fundamentam-se na valorização e na participação dos sujeitos sociais, além disso,

integram as necessidades de formação relacionadas ao mundo do trabalho e à transformação do meio rural na perspectiva de melhores condições de vida dos povos do campo.

A participação é um dos pilares essenciais para que as Escolas Famílias desenvolvam suas práticas de educação contextualizada e da pedagogia da alternância. "A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando." (BORDENAVE, 1983, p. 74).

A concepção de gestão organizacional tem sido um dos temas pouco aprofundados e debatidos nos próprios movimentos sociais, sobretudo em relação às EFA. O que se observa, nas diversas fontes pesquisadas, é a falta de teorias apropriadas à gestão para o desenvolvimento social, acarretando em pouca literatura com este foco, o que, de certa forma, demonstra a necessidade da utilização de referenciais teórico-metodológicos originados da administração clássica, com conceitos elaborados para área empresarial.

O conceito de gestão, no dicionário Houaiss (2001), significa o "[...] ato ou efeito de gerir; administração, gerência, mandato político. E de gestão social como período de administração de uma sociedade, na qual alguém desempenha a gerência por delegação dos outros sócios". Assim como para Ferreira (2006, p. 306), "gestão" (*do latim gestio-ônis*) também significa ato de gerir, gerência, administração. Já Holanda Ferreira (1999, p. 985), se refere à "gestão" e "administração", como a tomada de decisão, organização e direção. Segundo Libâneo (2005, p. 318), "[...] a gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos".

Esses últimos autores tratam da gestão como ferramenta administrativa, mas não como espaço compartilhado das relações de poder em uma organização para definição estratégica de uma política institucional, ou seja, para participação efetiva dos sujeitos sociais nas definições e estratégias com co-responsabilidade.

É premente a necessidade de se debruçar sobre as experiências de gestão nas organizações sociais, no sentido de aprofundar e construir novos conceitos relacionados à realidade dessas organizações, superando a utilização de conceitos advindos da administração clássica ou gestão empresarial, que são direcionados para as necessidades empresariais e desconsideram as relações sociais nos processos de participação das definições estratégicas da organização.

A concepção de organização vigente, que também corrobora a concepção de gestão, está referenciada nos interesses individuais, que sobrepõem os interesses coletivos. De fato, as práticas gerenciais são utilizadas para garantir resultados muitas vezes financeiros,

estruturais, para o bem "coletivo". Os processos de gestão aqui considerados têm como conceito a necessidade de: "Gerenciar é orientar a dinâmica da organização. Para que uma atividade seja bem-sucedida é preciso uma boa utilização dos recursos e o direcionamento desses recursos para atingir a finalidade proposta pelos membros da organização" (TENÓRIO, 2000, p.17).

Mesmo escrevendo para as ONG, a gestão, segundo Tenório (2000), é vista comumente sobre o ponto de vista técnico de alocar os recursos para conseguir resultados, dentro de uma visão burocrática, com definições administrativas como se a Organização fosse meramente um instrumento de repasse de informações tecnicistas. Outro olhar sobre a concepção de gestão e de participação dos envolvidos nas Organizações Sociais deve refletir a ideia de políticas institucionais, interinstitucionais e estratégias de envolvimento dos sujeitos.

A gestão das Associações Comunitárias e, em nosso caso das Escolas Famílias Agrícolas, tem como princípio fundamental a participação efetiva dos pais no desenvolvimento socioeducativo de seus filhos, bem como que participem da gestão da escola da qual seus filhos fazem parte.

Falar de gestão no contexto das EFA é discutir sobre participação, porque o modelo como se apresenta é o participativo e democrático, embora, muitas vezes, a prática possa apontar para outras direções e sentidos.

Sobre participação, Bordenave (1983, p. 16) reflete que "[...] a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo". Ainda segundo esse autor, tem-se o sentido do ato de participar como forma de se envolver gerando um comprometimento com a Organização a qual tem sentimento de pertencimento:

> [...] "participar é fazer parte de algum grupo ou associação", ou "tomar parte numa determinada atividade", ou, ainda, "ter parte num negócio". Fazer parte. Tomar parte. Ter parte. De fato, a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. (BORDENAVE, 1983, p. 21)

Para Demo (1999, p. 71), participação é exercício democrático. Através dela, aprendemos eleger e destituir, estabelecer rodízio no poder, exigir prestação de contas, desburocratizar, forçar os mandantes a servirem à comunidade e assim por diante. Sobretudo, aprendemos que é tarefa de extrema importância formar autênticos representantes da comunidade e mantê-los dessa forma.

Na mesma direção, Demo (1999, p. 71) relaciona assim educação e participação: "[...] a educação que não leva à participação já é nisto deseducação, porque consagra estruturas

impositivas e imperialistas [...]". O aspecto comunitário da educação não é propriamente um aspecto, mas seu cerne, porque é esse tipo de envolvimento que produz a qualidade formativa, partindo sempre da iniciativa do educando e de suas famílias.

Para Ferreira (2006, p. 310):

> A gestão democrática da educação, enquanto construção coletiva da organização da educação da escola, das instituições, do ensino, da vida humana faz-se na prática, quando tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessários para a sua consecução, sobre o ambiente de aprendizagem.

Assim, apresentados todos esses elementos constitutivos, vale ressaltar que nas EFA, a complexidade da gestão envolve os instrumentos e processos decisórios à luz da pedagogia da alternância, que tem espaços e tempos de estudos diferenciados no ambiente escolar e na comunidade.

Segundo Souza (1993, p. 16): "Em nível dos movimentos sociais, o traço comum da participação é o exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e implementadas pela população comunitária". Os processos de tomada de decisão passam necessariamente pelo Projeto Político Pedagógica da escola, que tem como fundamento a ação-reflexão-ação em espaços diferenciados da escola-família-comunidade.

Em relação à pedagogia da gestão e sua complexidade Begnami caracteriza:

> Uma das complexidades da alternância está na diversidade de relações: com pessoas que colaboram com o processo da formação, com entidades parceiras, com espaços e tempos diferentes (tempo-escola e tempo-comunidade), com as diversidades culturais do campo; com os diversos campos de saberes: práticos, populares, empíricos e teórico-científicos, entre outros. (BEGNAMI, 2006, p. 33)

Entender a concepção de gestão na perspectiva das experiências das EFA é situar a participação dos sujeitos sociais que constroem essa história, além disso, apreender a complexidade de ações políticas, sociais e administrativas, em que os instrumentos são meios para alcançar os objetivos e as definições das políticas da Organização, construídas em bases de espaços participativos para a tomada de decisão.

Demo (1999, p. 57) salienta que,

> [...] se considerarmos o desenvolvimento comunitário algo essencial para a política social, a identificação cultural apresenta talvez a motivação mais imediata à participação. A comunidade somente reconhecerá como seu aquele projeto que, mesmo tendo vindo de fora, é capaz de revestir de traços culturais do grupo. É preciso encontrar o eco reconhecido de algo que é seu, de algo que se encaixa na história vivida, de algo que aparece nas determinações do dia-a-dia.

Sobre decisão, Ferreira (2006, p. 310) explica que:

> A palavra decisão (do latim *decisione*) significa resolução, determinação, sentença, julgamento. É definida comumente, como uma escolha entre soluções possíveis. Mas esse momento é um ato de decidir se assentam num processo subjacente, elaborado a partir do conhecimento e apreensão de informação necessária e da intencionalidade que lhe dá sentido. É, pois, um processo dinâmico e contínuo referente a um sujeito (individual ou coletivo) no qual o sujeito que decide, interage com o problema – para o qual é necessária a decisão.

Os processos decisórios influenciam a gestão e a participação dos sujeitos das Organizações, são indispensáveis para os espaços nos quais se definem as políticas estratégicas e as ações gerencias. Assim, "Decidir e gerir os encaminhamentos necessários ao enfrentamento dos interesses comuns significa, também, exercício de ampliação das condições de cidadania e é isso que se espera de um processo real e objetivo de desenvolvimento comunitário". (SOUZA, 1993, p. 16).

Os espaços de discussões, debates e diálogos são inseparáveis no processo de gestão e participação nas EFA, pois o ambiente escolar desenvolve a participação dos alunos em todos os momentos das atividades, sejam elas educacionais, de campo, culturais, de lazer, sociais, religiosas ou domésticas. Assim, a escola e a família se integram no coletivo, no ambiente associativo, na gestão e na participação. Cavalcante (2006, p. 4) afirma que:

> A gestão participativa, passa pela proposta (*sine quae non*) de que as escolas sejam representadas pela associação de pais agricultores. É através da associação de agricultores que se formaliza a justificativa de existência desse espaço escolar, pressupondo-se que a mesma seja capaz de mantê-lo como patrimônio comunitário rural.

Nesse sentido, os membros da Associação Mantenedora exercem papéis, ao mesmo tempo, de participação na gestão da escola e na gestão associativa. Essa última traz na sua essência a concepção de gestão e participação, ou seja, integração entre os(as) agricultores(as) familiares (pais e mães) nos espaços de participação socioeducativos, nas relações sociais e organizacionais de poder (papéis e funções gerenciais), na formação permanente da família e no exercício direto da cidadania. Cavalcante (2006, p. 4) esclarece que,

> [...] O nível de inserção e participação dos pais e da comunidade rural na dinâmica da gestão escolar, talvez seja um dos grandes desafios para a operacionalização de um bom trabalho nos estabelecimentos de alternância. E os processos de construção, implantação e manutenção desta proposta nas comunidades, são, na sua gênese, indicadores de avaliação da qualidade da gestão participativa da EFA.

A gestão participativa nas Escolas Famílias é uma das formas de ocupação dos vários espaços e de relações de poder, entre eles, o ambiente escolar, a comunidade, as assembleias de pais, as reuniões de direção ou com os Movimentos Sociais, mas a propulsora desse ambiente é a pedagogia da alternância com seus instrumentos pedagógicos que desenvolvem a relação escola-família-comunidade.

Segundo Gadotti e Romão (apud LIBÂNEO, 2008, p. 330): "Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela, e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida". Nessa interação entre os espaços, ocorrem também as construções das relações de poder, entre pais, alunos, monitores e comunidade, fruto da sua própria complexidade, o que requer conflitos, diálogos, rupturas, solidariedade e sentimento de pertença.

De acordo com os pressupostos teóricos de Begnami (2006, p. 33), a complexidade e diversidade, inerentes ao processo de construção das relações sociais nas EFA, são caracterizados da seguinte forma:

> Uma das complexidades da alternância está na diversidade de relações: com pessoas que colaboram com o processo da formação, com entidades parceiras, com espaços e tempos diferentes (tempo-escola e tempo-comunidade), com as diversidades culturais do campo; com os diversos campos de saberes: práticos, populares, empíricos e teórico-científicos, entre outros.

Os processos de tomada de decisão passam necessariamente pelo Projeto Político Pedagógica da escola, que se fundamento na ação-reflexão-ação em espaços diferenciados, sobretudo entre a escola-família-comunidade, e da pedagogia da alternância como gestão da complexidade.

A concepção de gestão das Organizações Sociais é definida à luz da participação presencial, em espaços de corresponsabilidades, assumidos de forma coletiva dentro de um espírito solidário e cooperativo no processo de tomada de decisão, principalmente com ênfase na participação efetiva de todos os sujeitos objetivando as mudanças sociais e educativas do meio no qual estão inseridos.

EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: INTERLIGAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS ENTRE O ASSOCIATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR

O associativismo surgiu a partir das lutas dos povos do campo pela sobrevivência, suas origens remetem à organização para busca de alimentos e cultivo em comum da terra, utilizando ferramentas, ou na forma de organização coletiva das relações de trabalho e de convivência social.

Segundo Albuquerque (2003),

> O associativismo é uma perspectiva democrática, a qualidade e o caráter associativo que se evidenciam ao redor de certas operações realizadas entre pessoas e/ou grupos explicitam um modo de exercitar a cidadania, independente dos resultados alcançados ou de maneira como os elementos estão agrupados ou associados, constituindo-se, assim, uma prática democrática. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15)

O associativismo se caracteriza como fundamento e princípio organizativo para que a escola família alcance seus objetivos; em tese, os agricultores são os sujeitos sociais responsáveis diretamente pela gestão da escola e associação. Nesse sentido, se fez necessário entender primeiro o significado e a essência do associativismo, na qual carrega em sua abordagem a ideia de junção de pessoas com objetivos comuns.

Os princípios e valores que orientam as EFA – diferentes dos praticados pelas organizações escolares regulares – têm no Associativismo sua raiz histórica e constitutiva de novas relações sociais, em que a participação, a democracia e a confiança são eixos fundamentais para que a instituição possa funcionar de acordo com seus objetivos propostos.

Sendo assim, Associação Mantenedora é um meio para que EFA alcance seus objetivos, já os agricultores são os responsáveis de fato pela gestão da escola. Segundo Begnami (2006, p. 27), "[...] a associação além de gestora deve constituir-se em espaço democrático cotidiano de partilha do poder educativo e debate das questões que envolvem a qualidade de vida das pessoas".

Segundo Albuquerque (2003, p. 15):

> O associativismo: afirma um modo do agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou às idéias (sic) que fundamentam o grupo; e sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto, que busca superar dificuldades em função de um interesse comum e que, na maior parte das vezes, revela-se sem fins lucrativos.

Para Burghgave (2006, p. 26), o associativismo representa um elemento impulsionador da participação social na luta pela conquista da cidadania. Demo (2001, p. 117) frisa que "[...] as experiências têm mostrado que a maneira mais apropriada de se começar um movimento participativo é a associação, contanto que essa responda a critérios de qualidade política, como a representatividade, legitimidade, participação de base, auto-sustentação".

Os princípios e valores que direcionam as EFA se distinguem de organizações escolares regulares, o que norteia os caminhos da problemática da gestão escolar, portanto, tem no Associativismo a raiz de sua história e a construção de relações sociais em que participação, democracia e confiança são eixos fundamentais para que a instituição possa funcionar seguindo os seus objetivos.

Um dos fatores importantes para a luta de organização social dos agricultores familiares se deu ao longo dos anos, principalmente em decorrência da situação de condições precárias, decorrentes do esquecimento por parte das políticas públicas governamentais em todas as suas dimensões, como educação, terra, acesso ao crédito, formas de organização da produção agrícola, armazenamento e comercialização do excedente da produção para manutenção das famílias. Os agricultores enfrentavam um processo doloroso, como afirma Silva (1981, p. 130) "[...] a produção camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita".

A Escola surgiu da necessidade de melhorar as condições de vida dos agricultores, principalmente, com a missão de manter os povos do campo em suas terras, evitando o êxodo rural e proporcionando uma educação contextualizada, voltada para uma formação integral que considera o saber, o meio no qual está inserido e suas experiências de vida.

Para Gimonet (1999), o que faz as Escolas Famílias Agrícolas diferentes das tradicionais é,

> A Alternância, em comparação com a escola tradicional, inverte a ordem dos processos, colocando em primeiro lugar o sujeito que aprende suas experiências e seus conhecimentos, e, em segundo lugar, o programa. O jovem ou o adulto em formação não é mais, neste caso, um aluno que recebe um saber exterior, mas um ator sócio-profissional que busca e que constrói seu próprio saber. Ele é sujeito de sua formação, ele é produtor de seu próprio saber. (GIMONET, 1999, p.45)

Nesse contexto, a educação busca reforçar a identidade sociocultural do agricultor e do meio rural no projeto de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento defendido pela Escola Família Agrícola é o da Agricultura Familiar, cuja prática valoriza a cultura e os conhecimentos necessários à sobrevivência do campo, respeitando a realidade e a vocação para as atividades agropastoris, as experiências e os valores, não desvinculando o jovem do seu meio ou dos modos de produção de sua família.

A Agricultura Familiar é responsável pela grande parte da produção de alimentos no Brasil. Conforme o Censo de Agropecuário 2006, existem no território brasileiro 5.204.130 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 354,8 milhões de hectares, gerando mais de 16,4 milhões de ocupações no campo[10]. Em 1996, eram 4.859.732 estabelecimentos, sendo a grande maioria destes (85,2%, referente a 4.139.369) trabalhava com a agricultura familiar, mas ocupavam apenas 30% das áreas agrícolas (pouco mais de 107 milhões de hectares). Já os estabelecimentos patronais existentes, que correspondiam a 11%, dispunham de mais de 67% das áreas (mais de 240 milhões de hectares).

[10] Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Resultados preliminares.

Até 1999, ainda que ocupasse uma parcela significativamente menor de áreas – reflexo de um modelo agrário concentrador de terras –, a agricultura familiar era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária nacional, apesar de ter disponível apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura[11].

Nesse mesmo período, a agricultura familiar brasileira era responsável por grande parte da produção de alimentos que abastecia o país, com destaque para a produção de mandioca (84% do VBP), feijão (67% do VBP), milho (49% do VBP), cebola (72% do VBP), fumo (97% do VBP), trigo (46% do VBP), além da pecuária de corte (54% do VBP) e leiteira (58% do VBP) e de 40% do Valor Bruto da Produção de aves e ovos[12].

Isso simboliza a representatividade que a agricultura familiar vem conquistando, ao passos que a construção das EFA é resultado desse avanço, o que tem contribuído não só para a formação dos filhos dos agricultores, mas também para evitar o êxodo rural, uma vez que cria condições para que os jovens tenham uma formação, elaborem o seu projeto de vida e seu projeto profissional e com isso permaneçam no campo.

Outra grande contribuição das EFA se refere ao trabalho de Assistência técnica e Extensão Rural, realizado pelos jovens, não apenas para sua família, como para a sua comunidade, na perspectiva de uma educação do campo contextualizada com a agricultura familiar, como um segmento estratégico de oportunidades para a permanência dos agricultores e seus filhos no campo, em decorrência das metodologias e princípios pedagógicos adequados a sua realidade.

Segundo Cavalcante (2007), a pedagogia da Alternância, enquanto princípio metodológico para as Escolas Famílias Agrícola, proposta educacional para os jovens da vida rural brasileira, chegou ao Brasil por meio de padres italianos nos anos 1970, "[...] e vem ao longo dos 30 anos, desempenhando um trabalho efetivo mediante seus 201 Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) distribuídos pelas cinco regiões do país". (CAVALCANTE, 2007, p. 17).

Com as informações de Cavalcante (2007, p. 17), identificamos a origem dos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) que nasceram da:

> [...] articulação entre as diversas nomenclaturas que nacionalmente foram sendo criadas para a versão original da *Maison Familiales Rurale*. No Brasil nós encontramos as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Casas familiares Rurais (CFRs), os nomes diferenciados advém da história do processo de implantação

[11] Fonte: INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília, 1999.

[12] Fonte: INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar*: O Brasil Redescoberto. Brasília, 1999

> da Pedagogia da Alternância no território Nacional. (CAVALCANTE, 2007, p.17)

A metodologia utilizada nesses centros foi da alternância, implantada com a seguinte orientação: permanência dos alunos uma semana na escola, seguida de outra semana na família. Caracterizou-se, essa fase, pela expansão dos cursos de Ensino Médio e profissionalizante em agropecuária.

As EFA têm como objetivo proporcionar o desenvolvimento do meio em que se encontra, tendo como fundamento principal a Pedagogia da Alternância que é o diferencial hoje na educação, por ser uma pedagogia que desenvolve uma formação integral e personalizada do ser humano, na interação entre a escola, família e comunidade.

Begnami (2006) afirma que:

> A pedagogia da alternância tem se mostrado como um sistema ativo, dinâmico e inacabado, que não se limita aos seus antecedentes históricos, mas se constrói num processo de crescimento contínuo em que o projeto educativo caminha na base de um movimento participativo, envolvendo famílias, comunidades, entidades e profissionais. (BEGNAMI, 2006, p. 33).

Calvó (2005, p. 29) apresenta as características fundamentais das experiências brasileiras de formação da alternância, apoiando-se em quatro pilares centrais que, por sua vez, podem ser identificados em duas finalidades: a formação integral dos jovens e o desenvolvimento do meio onde vivem. No entanto, para alcançar essas finalidades, são utilizados dois meios: a Associação local e a Alternância. Em síntese, podemos considerar como quatro pilares fundamentais dos CEFFA: Formação Integral, Desenvolvimento do Meio, Associação de Famílias e a Alternância.

A família e a Associação de Pais são responsáveis diretos na formação em alternância dos jovens. Nunes (2002, p. 7) diz que: "A essência do método testado consistia no princípio de que participar e se engajar em ações coletivas significam, em si, um processo de aprendizagem da cidadania.".

A formação geral e profissional é uma das principais preocupações abordadas no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Curso das EFAs, o que contribui significativamente para a construção de novos conceitos e de novas práticas voltadas à formação cidadã do sujeito e de sua participação no desenvolvimento local sustentável e na agricultura familiar, valorizando a participação popular, a vida política, social, econômica, cultural, escolar e religiosa das comunidades, dos municípios e dos territórios.

O eixo da formação é a vida do jovem e adolescente, integrando sua realidade familiar e socioprofissional. O contexto socioeconômico, político, cultural e geográfico se constitui como o ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem e também no ponto de

chegada, pois essa modalidade educativa objetiva resolver os problemas das pessoas e da comunidade.

O Plano de Formação do curso, apresentado por Calvó (2005), e os instrumentos metodológicos compõem as unidades de cada alternância e estão organizados no conjunto da proposta educacional dos CEFFA. Os instrumentos metodológicos permitem fazer a interação entre os conhecimentos do meio, da teoria e a transformação da realidade. Entre os instrumentos, o plano de estudo consiste em pesquisa participativa do meio socioprofissional.

As EFA encontram dificuldades de fazer o planejamento e o acompanhamento das comunidades rurais, devido à falta de recursos financeiros e humanos suficientes para desenvolver os instrumentos da pedagogia da alternância. Do ponto de vista pedagógico, é visível o esforço coletivo, por parte dos monitores, para viabilizar a utilização de instrumentos metodológicos que possam vir a garantir a qualidade do ensino no ambiente escolar.

A gestão nas EFA é fragilizada pelas dificuldades de interação entre os monitores e a família, fenômeno causado pela distância geográfica entre a sede da escola e as propriedades rurais, pela pouca frequência dos pais dos alunos nas reuniões, decisões em assembleias gerais da Associação ou nas visitas aos filhos na escola e pela pequena participação dos dirigentes na gestão escolar, ficando a cargo dos monitores mais uma tarefa.

Com isso, o trabalho de acompanhamento dos alunos nas comunidades pelos monitores fica prejudicado, pois têm uma sobrecarga de funções e tarefas assumidas. Isso contribui para o não cumprimento de um dos principais objetivos do Projeto Político Pedagógico das EFA: a formação dos jovens.

A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS (AMEFAP)

> Ao buscar a unidade, a liderança já busca, igualmente, a organização das massas populares, o que implica o testemunho que deve dar a elas de que o esforço de libertação é uma tarefa comum a ambas. (FREIRE, 2000, p. 175)

A criação da Escola Família Agrícola surgiu da necessidade de promover uma educação contextualizada para os jovens do campo, como também da busca por soluções para os problemas enfrentados com a convivência com o semiárido, sobretudo em relação à melhoria da vida dos agricultores familiares do município de Pintadas. A EFAP foi

inaugurada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1996, esses foram dias de festa e celebração pelos alunos e pais (agricultores familiares).

Nesse sentido, havia toda uma mobilização social em torno da criação da EFA, que aconteceu paralela à criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Associações Comunitárias, como explicita um representante dos movimentos sociais.

> [...] a Escola Família Agrícola, ela surgiu da proposta, logo no início dos anos 90, a partir de um debate que gente vinha travando, desde os anos de 1985 e 1986, e mais forte em 1988 com a criação do Centro Comunitário, a gente tinha uma proposta de convivência com o semiárido, que na época dizia que era acabar com a seca, vivíamos uma situação de abandono, sem água, sem armazenamento de alimentos para os animais, sem nenhuma estrutura, para enfrentamento dos períodos de estiagem [...]. (Pesquisa de Campo, 2008, representante dos movimentos sociais)

De acordo com o depoimento citado, e retomando o contexto histórico aqui discutido, foi confirmado que a Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP), inserida no contexto do semiárido baiano, teve o seu nascimento dos movimentos populares, principalmente incentivados pela formação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB), com a participação das lideranças da Igreja Católica em comunhão com os sonhos dos agricultores.

A EFAP fez parte do "Projeto Pintadas" e tinham como objetivo orientar as famílias nas questões técnicas-agronômicas. Nesse projeto, ficaram evidentes as dificuldades que os agricultores tinham em aprender novas técnicas agrícolas, daí surgiu a ideia de preparar os filhos dos agricultores por meio de uma escola contextualizada com a realidade do semiárido, como também da necessidade de uma formação profissional para atuar nas atividades do campo, "[...] sobretudo deve ser uma educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz." (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 1998, p. 7).

O surgimento da EFAP foi um dos grandes desafios para os movimentos sociais do município, como também para as comunidades rurais. Como exemplo disso, ocorreu o crescimento dos movimentos de mulheres e jovens ligados à Igreja Católica, através do incentivo das lideranças sindicais. Sobre esse momento histórico, Nascimento (1985) traz a seguinte reflexão:

> [...] os camponeses organizavam-se não somente para protestar, mas também para exigir a mudança desse estado de coisas. Não tendo eles quaisquer "direitos", o simples fato de organizar-se e reunir-se era considerado pela classe proprietária como ato de sedição, a ser reprimido pela violência. (NASCIMENTO, 1985, p. 51)

Os processos históricos da criação da EFAP revelam a intensidade do trabalho coletivo, o esforço da realização de vários mutirões, a luta pelo direito à terra e a busca incessante da conquista dos direitos sociais, a exemplo do acesso a água para as famílias. Além disso, se reflete na conscientização das comunidades para a importância de uma educação do campo contextualizada, na construção do espaço físico da Escola Família Agrícola e na organização e planejamento da propriedade da EFAP.

Os mutirões viabilizaram o funcionamento da escola, por meio das mãos dos agricultores familiares, colaboradores, parceiros, lideranças de outras entidades sindicais, associativas e grupos informais, como afirma um representante dos movimentos sociais em entrevista:

> Então foi dentro desse debate, de trabalhar com os agricultores e no enfrentamento de estruturar para conviver com o semiárido, que nós começamos a perceber que teria que ter uma Escola de Família Agrícola, para preparar técnicos, os filhos dos agricultores, como conviver com o semiárido. Agente percebeu que educação é fundamental para esse novo jeito de trabalhar [...]. (Pesquisa de Campo, 2008, representante dos movimentos sociais)

A Associação Mantenedora das EFA é composta por um grupo de famílias, demais pessoas e entidades que se unem para resolver os problemas da formação de adolescentes, jovens e adultos, ajudando no desenvolvimento sustentável do campo e no espírito da solidariedade. Por isso, é de fundamental importância a formação de seus dirigentes e jovens para desenvolverem as diversas atividades inerentes ao seu papel catalisador dentro do processo da promoção do desenvolvimento integrado sustentável.

A Associação Mantenedora é a gestora da EFA, ou seja, ela tem responsabilidade pela administração, como da escolha dos monitores e monitoras, coordenador ou coordenadora, dos funcionários em geral, bem como possui autonomia para decidir sobre os objetivos, o calendário, o plano de formação dos alunos de cada unidade do curso e os instrumentos metodológicos de cada alternância, todos organizados dentro do plano de formação.

A Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas (AMEFAP) nasceu, oficialmente, conforme Estatuto Social, em seu artigo 1:

> A AMEFAP (Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas), fundada em 09 de junho de 1997 por lavradores e agentes de promoção humana é uma sociedade civil, filantrópica, beneficente, promocional e educativa sem fins lucrativos que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação civil. (ESTATUTO SOCIAL, 2003, p. 1).

Ou seja, um ano depois da escola, localizando-se na Fazenda União na estrada de Pintadas a Capela, na zona rural, a 5 km da cidade, com os seguintes objetivos estatutários, presentes no artigo 3:

> A AMEFAP tem por finalidade incentivar as comunidades rurais da região, orientá-las e assessorá-las nos seus esforços de desenvolvimento, integrando os aspectos econômicos, sociais, culturais e religiosos, por meio de serviços polivalentes tais como: a) educação comunitária; b) assessoria agropecuária; c) educação integral envolvendo escola, família e comunidade; d) manter o funcionamento da Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP). (ESTATUTO SOCIAL, 2003, p. 1)

A Associação, portanto, foi criada com objetivo de promover uma educação contextualizada no campo, com a participação dos agricultores, monitores, alunos, parceiros, representantes dos movimentos populares e da Igreja Católica.

As escolas famílias visam à promoção da educação do campo diferenciada, integrando a participação dos jovens com suas comunidades e famílias, mediadas por meio da Pedagogia da Alternância, que oportuniza o aprendizado a respeito do meio. Ao mesmo tempo em que as escolas famílias promovem a articulação entre os diversos setores da sociedade, contribui para que os jovens aprendam e ensinem, ao mesmo tempo, aos seus pais, às comunidades às organizações locais. O estudo sobre a EFAP parte da vida para a vida, da comunidade e retorna para ela, como afirma Pai de Aluno 1[13]:

> A educação do campo como já tinha outras experiências em outros municípios no estado da Bahia e em outros Estados, com a construção da escola em Pintadas em funcionamento, notou a diferença da educação da EFA no regime de alternância e a participação da família, da comunidade quando o aluno desenvolve todas as atividades educativas e também as práticas, e leva também para a alternância com a família. Eles ficam 15 dias na escola e 15 dias com a família e nessa alternância ele leva o trabalho que é feito com a participação da família e com a comunidade, tem todo esse envolvimento, por isso, que a educação é voltada ao filho do agricultor. (Pesquisa de Campo, 2008, Pai 1)

Esses períodos não são fragmentados, pois a pedagogia da alternância é uma metodologia de formação integral, ela não distingue os espaços família, escola e comunidade, pois permite uma interação entre os estudos teóricos e práticos, objetivando uma orientação para o projeto de vida dos alunos na sua formação em todas as dimensões: intelectuais, técnicos, científicos, filosóficos, sociológicos, éticos, ecológicos, espirituais, humanos, profissionais, econômicos, artísticos, entre outros. Em entrevista, o Monitor 2 afirma:

> É uma educação, que estava voltada para homem do campo, e que de fato refletia com impacto no desenvolvimento social, econômico,

[13] Pai de alunos 1, ex-diretor e morador da AMEFAP.

> religioso, cultural, em todos os aspectos da vida do homem do campo, trouxemos esta idéia para Pintadas, começamos a discutir coletivamente, daí surgiu à idéia o porque de não construir uma escola dessa natureza, já que ela atende aos aspectos do nosso projeto, que era Projeto Pintadas. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

A Pedagogia da Alternância utiliza, como os principais instrumentos pedagógicos, o caderno da realidade ou da propriedade, que consiste em um diário de registro da vida do jovem estudante; visitas de estudo nas comunidades, ou outras localidades e instituições, todo eles são formas de integrar os conhecimentos vivenciados com os acadêmicos. Em entrevista, o Ex-Aluno 2 explica assim a sua experiência na EFAP:

> [...] aquilo que aprendia na escola levava para a propriedade e comunidade, tanto que todos os planos de estudos, que é uma metodologia da EFA era destinado para ser realizado na comunidade. Então agente marcava reunião no povoado, discutia com a comunidade, temas interessantes, ligados a convivência com a seca na própria comunidade, foi muito interessante porque agente começou a ter uma visão diferente de como lidar as dificuldades da seca, de melhorar essa convivência. (Pesquisa de Campo, Pintadas, 2008)

As EFA contam também com colaborações externas, que realizam serões, palestras, estudos relacionados aos interesses por questões diversas e tutorias ou acompanhamentos personalizados. Também desenvolvem Projetos Profissionais como expressão de anseios, capacidades, práticas e aptidões de empreendimentos para o jovem em formação. Os projetos são instrumentos concretos para inserção profissional, na perspectiva de ocupação e geração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios de pesquisar as EFA estão nas estradas percorridas pelos sujeitos que construíram, ao longo dos anos, a sua própria história, em busca de alternativas viáveis para a vida em comunidade. Assim, os sujeitos envolvidos trazem nas suas falas as histórias de vida e de sua participação no espaço escolar e na associação.

De todo trabalho, surgiram lideranças comunitárias que dariam continuidade a outros processos de organização e desenvolvimento do município. A organização do povo esteve enraizada nos seus costumes, tradições e manifestações culturais. As EFA, em sua trajetória educativa, têm apresentado resultados importantes para a educação profissional dos filhos dos agricultores familiares, considerando a crença na promoção do desenvolvimento sustentável e solidário dos seus territórios.

As escolas trazem a amplitude da concepção de uma educação que valoriza o homem e a mulher do campo, com espaços de formação, qualificação, profissionalização e de

valorização da vida dos povos do campo. Entre os principais resultados, destaca-se a elevação da escolaridade, que vem sendo desenvolvida no ambiente escola, família e comunidade e na profissionalização dos jovens para o mundo do trabalho.

Os resultados das EFA, no Brasil, são imensuráveis, pois se fossemos avaliar o número de jovens envolvidos na construção de um novo Projeto de Educação Profissional, para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Campo, teríamos uma noção da abrangência e multiplicidade da proposta.

Os desafios para manter uma EFA no Brasil, na Bahia e em Pintadas são muitos, destaca-se a falta de interesse do poder público – local e estadual – e, principalmente, pela falta de recursos financeiros que garantam a continuidade das atividades pedagógicas no campo.

A proposta da EFA de Pintadas, apesar de ter sido construída com participação ampla das famílias, encontrou dificuldades em desenvolver a participação ativa e reflexiva dos agricultores, pela concepção importada de outras culturas e pouco adequadas a realidade do semiárido baiano. Apesar disso, os documentos exaltam a participação, em todo processo, dos sujeitos sociais locais, junto às parcerias e motivados pelas experiências Nacionais e Internacionais.

A pesquisa de campo demonstrou que, durante o percurso histórico e político dos sujeitos sociais locais envolvidos na criação da EFAP, tanto na construção física do espaço escolar quanto nos trabalhos realizados nas comunidades para o funcionamento da EFAP, principalmente nos passos dados em direção às mobilizações de estruturação da escola, se deram no contexto de muito engajamento aos movimentos de base e participação efetiva das lideranças locais, dos agricultores, pais, alunos, monitores e colaboradores nos processos de tomada de decisões.

Sem financiamento externo, seria difícil a implantação da EFA em Pintadas, o que, ao mesmo tempo, viabilizou a sua implantação e também criou dependência financeira de organismos internacionais e locais, não conseguindo autonomia em todo o processo de implantação e gestão.

No caso de Pintadas, há dificuldades na gestão, especialmente nos trabalhos desenvolvidos pelos monitores, o que dificulta a vivência da proposta da Alternância, de forma integral, e de seus dispositivos. Primeiramente, por falta de recursos financeiros suficientes para acompanhar diretamente os alunos em suas comunidades; segundo, por a escola dispor de um número muitas vezes pequeno de monitores, que sentem dificuldades de acompanhar o número de alunos das escolas e, finalmente, os professores que trabalham

nas EFA e ministram as aulas, mas não fazem o trabalho de campo, ou seja, acompanhamento direto aos alunos.

A gestão e a participação são alguns dos principais desafios para que as EFA promovam uma educação contextualizada e, sobretudo, relevante para se pensar que novas possibilidades podem oportunizar para as comunidades o desenvolvimento local de forma mais efetiva.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, A. D**.** (Org.) **A outra economia.** 1. ed. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. **REVISTA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA,** Ano 1, n. 2, Brasília: CEFAS, 2006.
BORDENAVE. Juan E. Díaz. **O Que é Participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participativa**. 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: **UNIÃO NACIONAL DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL**. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Salvador: UNEFAB, 1999, p. 17.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **A escola família agrícola do sertão:** entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

DE BURGHGRAVE, Thierry. **Autoformação e participação no meio sócio-profissional:** abordagem biográfica de dois agricultores do Movimento das Escolas Famílias Agrícolas. 2003, 220f. Dissertação (Mestre em Ciências da Educação) – Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação. Universidade François Rabelais Tours, Salvador, 2003.

DEMO. Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P.; CALDART, R. S. In: **Conferência Nacional**: Por uma Educação Básica do campo, Brasília, 1998.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Org.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico da língua Portuguesa**. Versão 1.0, dezembro de 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHO, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Organização de Base: Reinvenção de participação popular. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação**: trabalhando com comunidades., Salvador: Quarteto, Ed. UNESCO, 2002.

RELATÓRIOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINTADAS – EFAP. Pintadas, BA: 1996 – 1997.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e participação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerencias. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.